



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

---

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 222/13  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 03/2013**

PERMISSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO COMPREENDENDO A INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DE REDE DE ESTAÇÕES PARA RETIRADA DE BICICLETAS DE USO COMPARTILHADO E A DISPONIBILIZAÇÃO DE BICICLETAS PARA USO DA POPULAÇÃO COM EXCLUSIVIDADE NA EXPLORAÇÃO PUBLICITÁRIA.

---

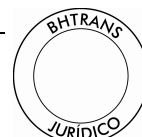
A Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS, por sua Comissão Permanente de Licitação – CPL, designada pela Portaria BHTRANS DPR n.º 111/2012 de 18 de dezembro de 2012, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA**, do tipo **TÉCNICA E PREÇO**, sob o regime de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, de acordo com as normas gerais da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal n.º 13.791, de 02 de dezembro de 2009, demais legislações complementares vigentes e, ainda, as condições do presente Edital e seus Anexos.

O aviso sobre esta licitação será publicado no Diário Oficial do Município de Belo Horizonte – DOM, Diário Oficial do Estado – “Minas Gerais”, em um jornal de grande circulação – “Hoje em Dia” e divulgados através da Internet – *site* da BHTRANS. Havendo modificação neste Edital, o aviso será publicado da mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido. Demais publicações como modificações no Edital que, inquestionavelmente, não afetarem a formulação das propostas, comunicados, esclarecimentos, impugnações, resultados de habilitação e classificação, recursos, adjudicação e homologação, serão feitas unicamente no DOM – Diário Oficial do Município e/ou no *site* da BHTRANS.

BHTRANS	➔	site:	<a href="http://www.bhtrans.pbh.gov.br">www.bhtrans.pbh.gov.br</a>
DOM	➔	site:	<a href="http://www.pbh.gov.br/dom">www.pbh.gov.br/dom</a>

Constituem Anexos deste Edital, dele fazendo parte integrante:

- |            |   |   |
|------------|---|---|
| ANEXO I    | – | TERMO DE REFERÊNCIA   |
| ANEXO II   | – | LOCAIS PARA INSTALAÇÃO DAS ESTAÇÕES                           |
| ANEXO III  | – | CRITÉRIOS DE APRESENTAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS |
| ANEXO IV   | – | MODELO DE CARTA PARA CREDENCIAMENTO                           |
| ANEXO V    | – | ANÁLISE CONTÁBIL E FINANCEIRA                                 |
| ANEXO VI   | – | MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR                            |
| ANEXO VII  | – | MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME OU EPP                             |
| ANEXO VIII | – | MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA   |
| ANEXO IX   | – | MODELO DE PROPOSTA TÉCNICA                                    |
| ANEXO X    | – | MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL                                  |
| ANEXO XI   | – | MINUTA DE CONTRATO  |





---

## **CAPÍTULO 1 OBJETO**

---

1.1 – Permissão de uso de espaço público, compreendendo a instalação, manutenção e operação de rede de estações para retirada de **BICICLETAS DE USO COMPARTILHADO** e a disponibilização de **BICICLETAS** para uso da população com exclusividade na exploração publicitária, destinado à:

- a) Criação, confecção, instalação e manutenção de, no mínimo, 30 (trinta) estações para retirada de **BICICLETAS DE USO COMPARTILHADO**, com exploração publicitária;
- b) disponibilização, controle e manutenção de, no mínimo, 360 (trezentas e sessenta) **BICICLETAS DE USO COMPARTILHADO**, com exploração publicitária;
- c) operação do sistema, com cadastro de usuários, controle eletrônico da retirada e da devolução das **BICICLETAS DE USO COMPARTILHADO**, monitoramento através de Central de Controle, controle dos pagamentos por via remota e disponibilização à BHTRANS dos aplicativos e equipamentos necessários para monitoramento dos serviços.

1.1.2 – As **BICICLETAS DE USO COMPARTILHADO** compreendem **BICICLETAS CONVENCIONAIS** e **BICICLETAS HÍBRIDAS**.

1.2 – As especificações técnicas e detalhamentos encontram-se devidamente explicitados no Termo de Referência – Anexo I, Locais para Instalação das Estações – Anexo II, Critérios de Apresentação e Julgamento das Propostas Técnicas – Anexo III e na Minuta de Contrato – Anexo XI.

---

## **CAPÍTULO 2 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

---

### **2.1 – PODERÃO PARTICIPAR DA PRESENTE LICITAÇÃO**

2.1.1 – Poderão participar da presente licitação pessoas jurídicas, legalmente constituídas, que operem no ramo pertinente ao objeto licitado, desde que satisfaçam as exigências deste Edital e seus Anexos.

2.1.2 – Será admitida a participação de Empresas em consórcio.

### **2.2 – IMPEDIMENTOS À PARTICIPAÇÃO**

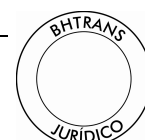
2.2.1 – A participação nesta licitação estará impedida às pessoas físicas, bem como às jurídicas que, na data prevista neste Edital para a entrega dos envelopes, encontrarem-se em qualquer uma das seguintes situações:

- a) Com falência decretada;
- b) Declaradas inidôneas por qualquer Órgão Público;
- c) Em suspensão temporária e impedidas de contratar com a Administração Municipal e/ou suas Unidades descentralizadas ou vinculadas;
- d) Apresentarem propostas distintas, sendo empresas do mesmo grupo econômico (de fato ou de direito);

2.2.1.1 – A observância das vedações do subitem 2.2.1 é de inteira responsabilidade da LICITANTE que, pelo descumprimento, sujeitar-se-á às penalidades cabíveis.

### **2.3 – CONDIÇÕES DE ENDEREÇAMENTO E PROTOCOLIZAÇÃO DOS ENVELOPES**

2.3.1 – Os Documentos para Habilitação – **Envelope Nº 01**, a Proposta Técnica – **Envelope nº 02** e a Proposta Comercial – **Envelope nº 03** deverão ser apresentados ao Protocolo da CPL – **Comissão Permanente de Licitação da BHTRANS**, à Av. Engenheiro Carlos Goulart, n.º 900, Prédio 1, Bairro Buritis, Belo Horizonte – MG, até às \_\_h\_\_ do dia \_\_/\_\_/2013, em envelopes separados, lacrados, rubricados e identificados na forma a seguir:





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

**ENVELOPE N.º01  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º03/2013  
Documentos para Habilitação**

À  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S.A. – BHTRANS

Data da sessão de abertura: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013

Horário de início dos procedimentos: \_\_\_\_ horas

Local: Sala de Licitações da BHTRANS  
Endereço: Av. Engenheiro Carlos Goulart, n.º 900, Prédio 1, Buritis  
30.455-902 – Belo Horizonte/MG

**Nome/Razão Social da Licitante  
CNPJ**

**ENVELOPE N.º02  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º03/2013  
Proposta Técnica**

À  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S.A. – BHTRANS

Data da sessão de abertura: a ser definida pela CPL após o resultado final da habilitação.

Local: Sala de Licitações da BHTRANS  
Endereço: Av. Engenheiro Carlos Goulart, n.º 900, Prédio I, Buritis  
30.455-902 – Belo Horizonte/MG

**Nome/Razão Social da Licitante  
CNPJ**

**ENVELOPE N.º03  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º03/2013  
Proposta Comercial**

À  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S.A. – BHTRANS

Data da sessão de abertura: a ser definida pela CPL após o resultado final das propostas técnicas.

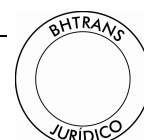
Local: Sala de Licitações da BHTRANS  
Endereço: Av. Engenheiro Carlos Goulart, n.º 900, Prédio I, Buritis  
30.455-902 – Belo Horizonte/MG

**Nome/Razão Social da Licitante  
CNPJ**

2.3.1.1 – A protocolização dos envelopes fora do prazo estabelecido determinará o impedimento da participação da empresa interessada no certame.

2.3.2 – Não serão aceitos documentos ou propostas enviados por fax ou por qualquer tipo de correio eletrônico, admitindo-se a condição prevista no subitem 2.3.3.

2.3.3 – Os envelopes de Documentação e de Propostas Técnica e Comercial, quando enviados por via postal ou equivalente (serviços especializados de entrega, transportadoras etc.), somente serão considerados para a licitação se derem entrada no Protocolo da CPL até a data e hora definidas no subitem 2.3.1, independentemente da data e horário da postagem ou da remessa.





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

2.3.3.1 – A CPL – Comissão Permanente de Licitação não se responsabilizará por envelopes encaminhados na forma descrita no subitem 2.3.3, entregues em local diverso da CPL e que, por isso, não cheguem na data e horário previstos neste Edital.

2.3.4 – A sessão de abertura dos ENVELOPES n.º 01 – Documentos para Habilitação – está prevista para o **dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013, às \_\_\_\_ horas**, na Sala de Licitações, no endereço acima definido, em sessão pública, sendo processada pela Comissão Permanente de Licitação.

## **2.4 – REPRESENTANTES LEGAIS E MANDATÁRIOS DAS LICITANTES**

2.4.1 – As LICITANTES poderão indicar um representante para intervir em qualquer fase do procedimento licitatório e responder, para todos os efeitos, no presente momento ou a posteriori, por sua representada.

2.4.2 – O Instrumento que comprovará a representatividade da LICITANTE será:

- a) Para Procurador/Credenciado: Instrumento Público ou Particular de Procuração, com prazo de validade em vigor, ou Carta de Credenciamento, conforme modelo disposto no Anexo IV, em cujos termos sejam outorgados ao procurador/credenciado os poderes necessários à prática de todos os atos pertinentes ao certame.
- b) Para Proprietário: sendo o representante sócio, proprietário ou dirigente da empresa LICITANTE, deverá apresentar, juntamente com a Carta de Credenciamento, cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos os poderes necessários para, isoladamente, exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

2.4.3 – Nas hipóteses de representação mediante Instrumento Particular de Procuração ou Carta de Credenciamento, é obrigatório o reconhecimento da(s) firma(s) do(s) respectivo(s) outorgante(s) por cartório competente, bem como a apresentação da documentação que lhe(s) comprove(m) a titularidade dos poderes necessários à constituição do procurador ou representante credenciado (Estatuto, Contrato Social etc.).

2.4.4 – No caso previsto na alínea “b” do subitem 2.4.2, quando tratar-se de empresa individual ou sócio com poderes para representar a empresa isoladamente, torna-se dispensável a apresentação de Carta de Credenciamento.

2.4.5 – O representante (procurador, credenciado ou proprietário) deverá estar munido de documento hábil de identificação para, se convocado para tal, identificar-se.

2.4.6 – No caso de Consórcio, as empresas dele integrantes serão representadas pela empresa líder do Consórcio, com poderes para a prática dos atos necessários e inerentes ao procedimento.

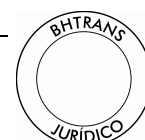
2.4.6.1 – A empresa líder, por sua vez, poderá credenciar um procurador ou fazer-se representar por sócio que detiver representação, observado o disposto no item 2.4 e seus subitens, tudo sem prejuízo da responsabilidade solidária dos integrantes do consórcio pelos atos praticados por seu representante credenciado, pela empresa líder, ou por qualquer das empresas integrantes do procedimento licitatório.

2.4.7 – Nas sessões públicas, somente será admitida a participação efetiva de um único representante de cada LICITANTE durante os trabalhos.

2.4.8 – Não apresentando quaisquer das formas de representação citadas no subitem 2.4.2, a LICITANTE ficará sem representante perante a Comissão Permanente de Licitação, não podendo fazer consignar em Ata suas observações, rubricar documentos, bem como praticar os demais atos de um mandatário, persistindo a situação até que esta necessidade seja atendida, sendo-lhe resguardado o direito de assistir à sessão pública.

2.4.8.1 – A ausência do credenciamento não constituirá motivo para a inabilitação ou desclassificação da LICITANTE.

2.4.9 – Os documentos indicados no item 2.4 e seus subitens poderão ser apresentados no original, em fotocópias autenticadas na forma da Lei, em publicação em jornal da Imprensa Oficial ou em cópias não autenticadas, se acompanhados dos respectivos originais para autenticação a ser feita pela CPL na sessão de abertura.





---

### **CAPÍTULO 3 DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO**

---

O ENVELOPE N.º 01, ao ser entregue, deverá conter os seguintes documentos obrigatórios, com os prazos de validade em vigor:

#### **3.1 – HABILITAÇÃO JURÍDICA**

3.1.1 – Registro comercial, no caso de empresa individual.

3.1.2 – Ato constitutivo, estatuto ou Contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores.

3.1.3 – Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

3.1.4 – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

#### **3.1.5 – CONSÓRCIOS**

As LICITANTES que optarem pela participação em forma de Consórcio deverão apresentar, além dos documentos exigidos de todas as participantes, o seguinte:

3.1.5.1 – Compromisso público ou particular de constituição de Consórcio, subscrito pelos consorciados, com indicação da empresa líder responsável pelo Consórcio e da proporção da participação de cada um, observadas as seguintes normas:

- a) a liderança do Consórcio caberá, obrigatoriamente, à empresa nacional;
- b) a líder do Consórcio deverá ser a empresa que, proporcionalmente, tiver maior atribuição de responsabilidade na prestação do serviço objeto desta contratação;
- c) é solidária a responsabilidade dos integrantes pelos atos praticados em Consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do Contrato;
- d) a empresa LICITANTE consorciada não poderá participar nesta licitação em mais de um Consórcio ou isoladamente, nos termos da Lei.

#### **3.2 – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

3.2.1 – Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da LICITANTE.

3.2.1.1 – Para fins de comprovação de regularidade para com a Fazenda Federal, deverá ser apresentada a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pelo Ministério da Fazenda/Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

3.2.2 – Comprovante de Regularidade perante o INSS.

3.2.3 – Comprovante de Regularidade perante o FGTS.

3.2.4 – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

#### **3.3 – CAPACITAÇÃO E IDONEIDADE TÉCNICA**

3.3.1 – Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove a execução de serviço(s) compatíveis com o objeto desta licitação, compreendendo a instalação, manutenção e operação de rede de estações para retirada de bicicletas de uso compartilhado e a disponibilização de bicicletas para uso da população em geral, nas quantidades mínimas de:





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

- a) 9 (nove) estações para retirada de bicicletas de uso compartilhado;
- b) 90 (noventa) bicicletas para uso da população em geral.

3.3.2 – O(s) atestado(s) deverá(ão) conter informações que permitam a identificação do emitente.

3.3.3 – Em caso de participação de empresas em Consórcio, admite-se, para efeito de comprovação de capacidade e idoneidade técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado.

### **3.4 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

3.4.1 – Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede da empresa LICITANTE (ver subitens 3.8.6 e 3.8.6.1).

3.4.2 – Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por meio de índices oficiais, quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta. Serão considerados aceitos, na forma da lei, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis assim apresentados:

- a) Sociedades Anônimas: publicação do balanço em Diário Oficial ou jornal de grande circulação da sede da LICITANTE;
- b) Empresas com mais de 1 (um) ano de existência: balanço patrimonial e a demonstração do resultado do último exercício social, com os respectivos termos de abertura e encerramento registrados na Junta Comercial ou Cartório;
- c) Empresas com menos de 1 (um) ano de existência: balanço de abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da LICITANTE.
- d) Empresas sujeitas ou optantes pela Escrituração Contábil Digital – ECD, também chamada de SPED-Contábil: balanço patrimonial e a demonstração do resultado do último exercício social, com o respectivo recibo de entrega de livro digital.

3.4.2.1 – O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão conter assinatura do responsável da LICITANTE e do profissional de contabilidade habilitado.

3.4.2.2 – Ocorrendo a atualização prevista no subitem 3.4.2, deverá ser apresentado o memorial de cálculo correspondente anexado ao balanço.

3.4.2.3 – Para a qualificação econômico-financeira da LICITANTE, os índices de LC, LG e SG, apurados no Anexo V – Análise Contábil e Financeira, deverão apresentar resultado iguais ou maiores que 1 (um).

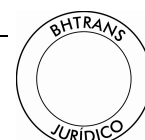
3.4.3 – Além dos índices apurados no Anexo V, a LICITANTE deverá comprovar possuir PATRIMÔNIO LÍQUIDO mínimo de R\$ 42.789,00 (quarenta e dois mil, setecentos e oitenta e nove reais) correspondente a 10% (dez por cento) do valor mínimo aceito para outorga da Premissão, devendo a comprovação ser feita através do balanço patrimonial exigido no subitem 3.4.2.

3.4.4 – Em caso de participação de empresas em Consórcio, admite-se, para efeito de qualificação econômico-financeira exigida nos subitens 3.4.2.3 e 3.4.3, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação.

**3.5 – DECLARAÇÃO** expressa de que a LICITANTE não emprega trabalhador nas situações previstas no inciso V do art. 27 da Lei Federal n.º 8.666/93, acrescido pela Lei Federal n.º 9.854/99 e declaração de não possuir superveniência de fato impeditivo de habilitação, assinada pelo(s) representante(s) legal(ais) da LICITANTE, conforme modelo constante no Anexo VI.

**3.6 – DECLARAÇÃO** prevista no Anexo VII – Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, assinada pelo(s) representante(s) legal(ais) da LICITANTE, quando couber.

**3.7 – DECLARAÇÃO** de Elaboração Independente de Proposta, assinada pelo(s) representante(s) legal(ais) da LICITANTE, conforme modelo previsto no Anexo VIII.





### **3.8 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES À HABILITAÇÃO**

3.8.1 – Toda a documentação deverá, preferencialmente, ser encadernada, rubricada e numerada sequencialmente.

3.8.2 – Todos os documentos previstos neste Capítulo deverão ser emitidos da seguinte forma:

- a) caso a LICITANTE seja a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- b) caso a LICITANTE seja a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles, que comprovadamente, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;
- c) o(s) atestado(s) de capacidade técnica previsto(s) neste Edital poderá(ão) ser apresentado(s) em nome da LICITANTE, com CNPJ da matriz e/ou da filial.

3.8.3 – As Certidões emitidas pela Internet ficam dispensados de autenticação.

3.8.3.1 – A CPL efetuará consulta aos *sites* dos órgãos emissores para confirmar a autenticidade dos documentos extraídos pela Internet.

3.8.4 – Os documentos solicitados poderão ser apresentados no original, em cópias legíveis autenticadas por cartório competente, em cópias legíveis não autenticadas, se acompanhados dos respectivos originais para autenticação a ser feita pela CPL na sessão de abertura ou em publicação em jornal da Imprensa Oficial.

3.8.5 – Quaisquer documentos apresentados em língua estrangeira deverão estar acompanhados das respectivas traduções oficiais juramentadas, inclusive quanto aos registros.

3.8.6 – As certidões e demais documentos que possuem validade, deverão estar com vigência plena na data limite fixada para apresentação das propostas.

3.8.6.1 – As certidões que não tenham expressa a sua validade pelos respectivos emitentes somente serão aceitas se expedidas há 90 (noventa) dias, no máximo, da data limite fixada para apresentação das propostas, ressalvados os documentos que, por natureza, possuam prazo de validade indeterminado.

3.8.7 – A não apresentação do Anexo V – Análise Contábil e Financeira não implicará na inabilitação da LICITANTE, uma vez que os índices poderão ser calculados através dos dados do Balanço Patrimonial apresentado.

3.8.8 – As Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP poderão se utilizar das prerrogativas previstas nos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006 e no artigo 4º do Decreto Municipal nº 13.791/2009, observando as disposições seguintes.

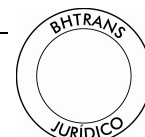
3.8.8.1 – As ME e EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para habilitação, mesmo que esta apresente alguma restrição fiscal.

3.8.8.2 – Havendo restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a ME ou EPP for declarada proponente da melhor proposta, prorrogáveis por igual período, a critério da Comissão Permanente de Licitação, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

3.8.8.3 – A prorrogação do prazo para regularização fiscal dependerá de requerimento apresentado tempestivamente, devidamente fundamentado, a ser dirigido à Comissão Permanente de Licitação.

3.8.8.3.1 – Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado nos 2 (dois) dias úteis inicialmente concedidos.

3.8.8.4 – A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 3.8.8.2 ou, se for o caso, no subitem 3.8.8.3, implicará decadência do direito à contratação sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar as LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação.





---

## **CAPÍTULO 4 PROPOSTA TÉCNICA**

---

4.1 – A PROPOSTA TÉCNICA deverá ser encaminhada no **ENVELOPE n.º 02**, de acordo com o **Modelo de Proposta Técnica – Anexo IX**, contendo a identificação da LICITANTE, datada, rubricada em todas as suas páginas, devidamente assinada pelo(s) representante(s) legal(ais), devendo obedecer as condições contidas neste Edital e seus Anexos.

4.2 – Todos os documentos inseridos no Envelope de Proposta Técnica deverão ser apresentados no original, em fotocópias autenticadas na forma da Lei, em publicação em jornal da Imprensa Oficial ou em cópias não autenticadas, se acompanhados dos respectivos originais para autenticação a ser feita pela CPL na sessão de abertura das Propostas Técnicas.

4.3 – Quaisquer declarações firmadas pelas LICITANTES, se for o caso, deverão estar assinadas pelo(s) seus(s) representante(s) legal(ais).

4.4 – A Proposta Técnica deverá ser apresentada, preferencialmente, encadernada, rubricada e numerada sequencialmente e, ainda, conter, no início, um sumário dos documentos com as páginas correspondentes.

---

## **CAPÍTULO 5 PROPOSTA COMERCIAL**

---

5.1 – A PROPOSTA COMERCIAL deverá ser encaminhada no **ENVELOPE n.º 03**, de acordo com o **Modelo de Proposta Comercial – Anexo X**, em 1 (uma) via, contendo a identificação da LICITANTE, datada, rubricada em todas as suas páginas, devidamente assinada pelo(s) representante(s) legal(ais), dela constando:

- a) Valor total grafado(s) numericamente e por extenso;
- b) Prazo de validade da proposta comercial que deverá ser de, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias, contados da data de sua apresentação ao Protocolo da CPL – BHTRANS;
- c) Declaração de que a LICITANTE conhece e concorda com todas as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

5.1.2 – As propostas que omitirem o prazo previsto na alínea “b” do item 5.1 serão entendidas como válidas pelo prazo indicado na respectiva alínea.

5.2 – No ENVELOPE N.º 2 da Proposta Comercial **deverão ser apresentados, ainda:**

**5.2.1 – Documentação que comprove os poderes de representação dos respectivos signatários (Estatuto, Contrato Social, etc.), salvo se já tiver sido apresentada na situação prevista nos subitens 2.4.2 ou 3.1.**

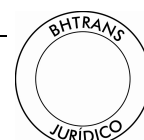
5.2.1.1 – A LICITANTE deverá observar, conforme definido no Estatuto, Contrato Social, etc., os poderes para assinatura da proposta comercial (isoladamente ou em conjunto).

5.3 – A proposta deverá referir-se a todo o objeto especificado neste Edital e Anexos. Não será admitida proposta incompleta.

5.4 – Os valores deverão ser expressos em Real (R\$), inclusive o mensal, com 2 (duas) casas decimais.

5.5 – Após apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação.

5.6 – A apresentação da Proposta Comercial pressupõe o conhecimento e aceitação integral deste Edital e todos os seus Anexos, nos quais estão detalhadas todas as informações e/ou condições para a permissão de uso licitada.







---

## **CAPÍTULO 6 PROCEDIMENTOS DA LICITAÇÃO**

---

6.1 – A licitação será processada em 3 (três) fases:

- a) 1ª Fase, com a abertura dos Envelopes N.º 01, contendo os Documentos para Habilitação;
- b) 2ª Fase, com a abertura dos Envelopes N.º 02, contendo as Propostas Técnicas das LICITANTES habilitadas.
- c) 3ª Fase, com a abertura dos Envelopes N.º 03, contendo as Propostas Comerciais das LICITANTES que tiverem as suas Propostas Técnicas classificadas.

6.2 – A abertura dos Envelopes n.º 01 – Documentos para Habilitação será feita no dia, local e hora indicados no subitem 2.3.4 deste Edital, em sessão pública, dirigida pela Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

6.2.1 – A CPL poderá analisar a documentação e fazer o seu julgamento na mesma sessão de abertura ou posteriormente, se necessários quaisquer outros procedimentos ou participação de outras áreas para contribuir na análise e julgamento.

6.2.2 – Suspensa a sessão, a decisão quanto à habilitação será publicada no DOM – Diário Oficial do Município e no *site* da BHTRANS, ficando os envelopes de Propostas (Técnica e Comercial) sob a guarda da CPL, devidamente lacrados e rubricados no fecho pelos seus membros e pelos representantes legais das LICITANTES presentes.

6.2.3 – A inabilitação da LICITANTE importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

6.3 – Os Envelopes nº 02 – Propostas Técnicas serão abertos:

- a) na mesma sessão de abertura dos Envelopes Nº 01 se houver renúncia registrada em ata ou formalizada por escrito de todas as LICITANTES ao direito de interposição de recursos contra o resultado de habilitação; ou
- b) após transcorrido o prazo legal, sem que tenha havido interposição de recurso, mediante convocação que será publicada no DOM – Diário Oficial do Município e no *site* da BHTRANS; ou
- c) após publicação de decisão dos recursos interpostos, mediante convocação que será publicada no DOM – Diário Oficial do Município e no *site* da BHTRANS.

6.3.1 – A CPL poderá analisar as Propostas Técnicas e fazer o seu julgamento na mesma sessão de abertura ou posteriormente, se necessários quaisquer outros procedimentos ou participação de outras áreas para contribuir na análise e julgamento.

6.3.2 – Suspensa a sessão, o resultado da classificação técnica será publicado no DOM – Diário Oficial do Município e no *site* da BHTRANS, ficando os envelopes de Propostas Comerciais sob a guarda da CPL, devidamente lacrados e rubricados no fecho pelos seus membros e pelos representantes legais das LICITANTES presentes.

6.3.3 – A desclassificação da Proposta Técnica da LICITANTE importa preclusão do seu direito de participar da fase subsequente.

6.3.4 – Ultrapassada a fase de habilitação e abertos os Envelopes de Proposta Técnica, não caberá desclassificação por motivos relacionados à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

6.4 – Os Envelopes nº 03 – Propostas Comerciais serão abertos:

- a) na mesma sessão de abertura dos Envelopes Nº 02 se houver renúncia registrada em ata ou formalizada por escrito de todas as LICITANTES ao direito de interposição de recursos contra o resultado de classificação técnica; ou



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

b) após transcorrido o prazo legal, sem que tenha havido interposição de recurso, mediante convocação que será publicada no DOM – Diário Oficial do Município e no *site* da BHTRANS; ou

c) após publicação de decisão dos recursos interpostos, mediante convocação que será publicada no DOM – Diário Oficial do Município e no *site* da BHTRANS.

6.4.1 – A CPL poderá analisar as Propostas Comerciais e fazer o seu julgamento na mesma sessão de abertura ou posteriormente, se necessários quaisquer outros procedimentos ou participação de outras áreas para contribuir na análise e julgamento.

6.4.2 – Suspensa a sessão, a decisão quanto à classificação das Propostas Comerciais será publicada no DOM – Diário Oficial do Município e no *site* da BHTRANS.

6.4.3 – Ultrapassada a fase de classificação técnica e abertos os Envelopes de Proposta Comercial, não caberá desclassificação por motivos relacionados à proposta técnica, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

6.5 – A abertura dos envelopes de Documentação, Propostas Técnica e Comercial será realizada em sessão pública, lavrando-se ata circunstanciada, assinada pelos membros da CPL e pelos representantes legais das LICITANTES presentes.

6.5.1 – Toda a documentação e as propostas (técnica e comercial) serão rubricadas pelos membros da CPL e pelos representantes legais das LICITANTES presentes à sessão.

6.5.2 – Caso algum representante presente à sessão queira consignar as suas manifestações, ele receberá uma folha em branco para registrá-las de próprio punho, sendo que este documento será anexado à ata.

6.5.3 – A eventual recusa de algum representante em assinar a ata ou a documentação / proposta não será motivo de sua invalidação, mantido o disposto no item 6.5.2 supra.

6.6 – Serão devolvidos, após vencido o prazo recursal, mediante recibo próprio, inviolados, os Envelopes de N.º 02 – Propostas Técnicas e N.º 03 – Propostas Comerciais, às LICITANTES inabilitadas e os Envelopes de N.º 03 – Propostas Comerciais, às LICITANTES que tiverem as suas Propostas Técnicas desclassificadas.

6.6.1 – Não retirando os envelopes na forma definida no subitem acima, os envelopes de propostas (técnica e/ou comercial) das LICITANTES estarão disponíveis para devolução às interessadas (*inciso II do art. 43 da Lei 8666/93*) pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação da decisão final do certame no DOM (*Ato de homologação, revogação ou anulação*).

6.6.2 – Encerrado esse prazo, as propostas não retiradas serão consideradas inservíveis e inutilizadas pela CPL.

6.7 – A CPL poderá, em qualquer fase, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, nos termos do § 3º do art. 43 da Lei Federal n.º 8.666/93.

---

## **CAPÍTULO 7**

### **EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

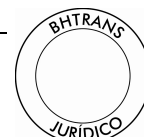
---

7.1 – Serão consideradas inabilitadas as LICITANTES que tenham descumprido quaisquer das exigências habilitatórias deste Edital ou de seus Anexos, ressalvadas as microempresas e as empresas de pequeno porte que poderão se utilizar das prerrogativas previstas nos artigos 42 e 43 da Lei Complementar n.º 123/2006 e no artigo 4º do Decreto Municipal nº 13.791/2009.

7.2 – A Comissão Permanente de Licitação poderá, no julgamento dos Documentos para Habilitação, desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis e que não afetem o seu conteúdo.

7.3 – A CPL poderá, caso julgue necessário, submeter os Atestados de Capacidade Técnica (item 3.3) à apreciação/análise de outras áreas técnicas da BHTRANS, mediante parecer fundamentado.

7.4 – Considera-se vencida a fase de habilitação:





- a) se houver renúncia registrada em ata ou formalizada por escrito de todas as LICITANTES ao direito de interposição de recursos contra o resultado de habilitação; ou
- b) após transcorrido o prazo legal, sem que tenha havido interposição de recurso(s); ou
- c) após publicação de deferimento ou indeferimento do(s) recurso(s) interposto(s).

7.5 – Caso todas as LICITANTES sejam consideradas inabilitadas, a CPL poderá fixar prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação, escoimadas das causas que motivaram tal inabilitação, na forma do disposto no § 3º do art. 48 da Lei Federal n.º 8.666/93.

---

## **CAPÍTULO 8 EXAME DAS PROPOSTAS TÉCNICAS**

---

8.1 – As Propostas Técnicas serão analisadas e julgadas pela CPL com base nos critérios estabelecidos no Anexo III – Critérios de Apresentação e Julgamento das Propostas Técnicas.

8.2 – As Propostas Técnicas serão pontuadas em função da pontuação obtida pela LICITANTE e a maior pontuação dentre as Propostas Técnicas apresentadas, conforme o seguinte critério:

$$NPT = \frac{P_{\text{licit}}}{P_{\text{máx}}} \times 100 \quad \text{sendo:}$$

NPT = Nota da Proposta Técnica

P<sub>licit</sub> = Pontuação da Proposta Técnica em avaliação

P<sub>máx</sub> = Maior pontuação apresentada dentre as Propostas Técnicas

8.3 – Serão desclassificadas as Propostas Técnicas que:

- a) deixarem de apresentar quaisquer dos requisitos obrigatórios do PT1 conforme definido no Anexo III – Critérios de Apresentação e Julgamento das Propostas Técnicas;
- b) tenham descumprido quaisquer das exigências estabelecidas no Anexo III – Critérios de Apresentação e Julgamento das Propostas Técnicas;
- c) mencionem o valor consignado na Proposta Comercial – Anexo X.

8.4 – A CPL poderá, no julgamento das Propostas Técnicas, desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis e que não afetem o seu conteúdo.

8.5 – A CPL poderá, caso julgue necessário, submeter as Propostas Técnicas à apreciação/análise de outras áreas técnicas da BHTRANS, mediante parecer fundamentado.

8.6 – Considera-se vencida a fase de Classificação Técnica:

- a) se houver renúncia registrada em ata ou formalizada por escrito de todas as LICITANTES ao direito de interposição de recursos contra o resultado de classificação; ou
- b) após transcorrido o prazo legal, sem que tenha havido interposição de recurso; ou
- c) após publicação de deferimento ou indeferimento do recurso interposto.

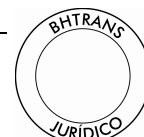
8.7 – Caso todas as LICITANTES tenham as suas Propostas Técnicas desclassificadas, a CPL poderá fixar prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas técnicas, escoimadas das causas que motivaram tal desclassificação, na forma do disposto no § 3º do art. 48 da Lei Federal n.º 8.666/93.

---

## **CAPÍTULO 9 EXAME DAS PROPOSTAS COMERCIAIS**

---

9.1 – As Propostas Comerciais serão avaliadas pela CPL – Comissão Permanente de Licitação que





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

examinará o atendimento da conformidade da proposta apresentada com os requisitos estabelecidos neste Edital.

9.2 – As Propostas Comerciais serão pontuadas em função do valor total proposto pela LICITANTE e o maior valor total dentre as Propostas apresentadas, conforme o seguinte critério:

$$NPC = \frac{V \text{ licit}}{V \text{ máx}} \times 100 \quad \text{sendo:}$$

NPC = Nota da Proposta Comercial

V licit= Valor total da Proposta Comercial em avaliação

V máx = Maior valor total apresentado dentre as Propostas Comerciais

**9.3 – O valor total mínimo aceito para outorga da Permissão é de R\$ 427.890,00 (quatrocentos e vinte e sete mil, oitocentos e noventa reais), representando 60 (sessenta) parcelas mensais mínimas de R\$ 7.131,50 (sete mil, cento e trinta e um reais e cinquenta centavos).**

9.4 – Quaisquer erros de soma e/ou multiplicação serão corrigidos pela Comissão Permanente de Licitação, com os seguintes critérios:

9.4.1 – Prevalecerão os preços unitários, corrigindo-se os demais valores, conforme a divergência apurada.

9.4.2 – Serão desconsiderados valores apresentados a partir da terceira casa decimal.

9.4.3 – Prevalecerá, para efeito de julgamento, o valor total apurado após a correção.

9.4.4 – A correção efetuada constará na ata de julgamento, podendo ser objeto de diligência, se necessário.

9.4.5 – Ocorrendo divergência ou dúvida entre os preços grafados numericamente e as indicações por extenso, prevalecerão estas últimas.

9.5 – A Comissão Permanente de Licitação poderá, no julgamento das propostas comerciais, desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis e que não afetem o seu conteúdo.

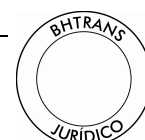
9.6 – A Comissão Permanente de Licitação poderá, caso julgue necessário, submeter as Propostas Comerciais à apreciação/análise de outras áreas técnicas da BHTRANS, mediante parecer fundamentado.

9.7 – Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do prazo de validade das propostas, e caso persista o interesse da BHTRANS, poderá ser solicitada prorrogação da validade das mesmas a todas as LICITANTES classificadas.

9.8 – Serão desclassificadas as Propostas Comerciais que:

- a) não atendam aos requisitos deste Instrumento Convocatório;
- b) não se refira à integralidade do objeto;
- c) tenham inobservado o presente Edital, estejam incompletas ou apresentem emendas, rasuras ou entrelinhas ou, ainda, linguagem que dificulte a exata compreensão do enunciado;
- d) tenham sido baseadas em outra proposta;
- e) não atendam às exigências estabelecidas em diligências ou neste Edital;
- f) apresente preço inferior ao mínimo aceito para esta licitação conforme item 9.3 deste Instrumento.

9.9 – Caso todas as Propostas Comerciais das LICITANTES sejam consideradas desclassificadas, a CPL poderá fixar prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas comerciais,





escoimadas das causas que motivaram tal desclassificação, na forma do disposto no § 3º do art. 48 da Lei Federal n.º 8.666/93.

---

## **CAPÍTULO 10 CLASSIFICAÇÃO FINAL**

---

10.1 – A Nota Final a ser considerada no julgamento será obtida da média ponderada das notas técnica e de preço, de acordo com o estabelecido no inciso II do § 2º do art. 46 da Lei nº 8.666/93.

10.2 – A Nota Final (NF) atribuída às licitantes será obtida pela seguinte fórmula:

$$NF = 0,7 \times NPT + 0,3 \times NPC$$

Onde:

NF = Nota Final

NPT = Nota da Proposta Técnica

NPC = Nota da Proposta Comercial

10.3 – Concluídas as fases de valoração e avaliação da técnica e do preço, as LICITANTES serão classificadas em ordem decrescente, de acordo com a Nota Final (NF) obtida.

**10.4 – Será considerada a proposta mais vantajosa para a Administração e, consequentemente, declarada vencedora, aquela que, satisfazendo a todas as exigências e condições deste Edital e Anexos, apresentar a MAIOR NOTA FINAL.**

10.5 – Havendo igualdade na Nota Final (NF) entre duas ou mais propostas classificadas, a Comissão procederá ao desempate, através de sorteio, na forma do disposto no § 2º do artigo 45 da Lei nº 8.666/93, em sessão pública devidamente marcada e mediante convocação dos interessados para participação, ou na mesma sessão em que for divulgado o resultado do julgamento, se presentes os referidos interessados.

10.6 – O resultado de classificação final será publicado no DOM – Diário Oficial do Município e no *site* da BHTRANS, juntamente com o resultado das Propostas Comerciais.

10.7 – Intimado diretamente ou publicado no DOM – Diário Oficial do Município e no *site* da BHTRANS o resultado do julgamento da licitação, efetuada a regularização da documentação relativa a regularidade fiscal da LICITANTE declarada vencedora, se for o caso, e decididos os recursos eventualmente interpostos ou decorrido o prazo recursal sem sua interposição, o julgamento da licitação será submetido ao Sr. Diretor de Administração e Finanças para homologação do procedimento, adjudicação de seu objeto à LICITANTE vencedora e decisão quanto a contratação.

10.8 – A BHTRANS se reserva o direito de solicitar ao Sr. Diretor de Administração e Finanças, mediante despacho fundamentado, as necessárias providências para:

- a) HOMOLOGAR a licitação;
- b) REVOGAR a licitação, em razão de interesse público;
- c) ANULAR, total ou parcialmente, o procedimento, em razão de ilegalidade ocorrida em seu curso;

---

## **CAPÍTULO 11 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

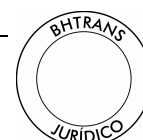
---

Inexistindo manifestação recursal ou decididos os recursos porventura interpostos, a Comissão Permanente de Licitação encaminhará o processo à autoridade competente, Sr. Diretor de Administração e Finanças, para homologação do procedimento licitatório e adjudicação do objeto à LICITANTE classificada em primeiro lugar (detentora da maior nota final).

---

## **CAPÍTULO 12**

---







**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

---

## **CONTRATAÇÃO E GARANTIA**

---

12.1 – Após a homologação da presente licitação e adjudicação do seu objeto, a LICITANTE, doravante denominada ADJUDICATÁRIA, será convocada pela Gerência de Compras, Contratos e Licitações – GECOL da BHTRANS para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, assinar o Contrato competente.

12.2 – Para a contratação a ADJUDICATÁRIA deverá apresentar à GECOL da BHTRANS os seguintes documentos:

- a) Cópia autenticada do Estatuto ou Contrato Social da empresa e eventuais alterações, documentos estes que poderão ser substituídos apenas pela última alteração, caso seja consolidada;
- b) Instrumento Público ou Particular de Mandato, este último com firma reconhecida, outorgando poderes ao signatário da contratação, quando não se tratar de sócio ou diretor autorizado através do estatuto ou Contrato social;
- c) Prestação da garantia contratual no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do preço total indicado na sua proposta, na forma da Cláusula Décima Segunda da Minuta de Contrato – Anexo XI.

c.1) Caso seja feita opção pela modalidade caução em dinheiro, a mesma deverá ser recolhida em conta a ser indicada pela BHTRANS.

12.3 – A recusa injustificada por parte da ADJUDICATÁRIA para a assinatura do Contrato, ou ainda, o descumprimento do disposto na alínea “c” do subitem 12.2, será configurado como descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se a ADJUDICATÁRIA infratora ao pagamento de multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor total proposto em sua Proposta Comercial, além de outras sanções legais cabíveis.

12.4 – Não atendendo a ADJUDICATÁRIA à convocação para assinar o Contrato ou deixando de fazê-lo por qualquer motivo a ela imputado, convocar-se-á outra LICITANTE, segundo a ordem de classificação final, caso não haja interesse da BHTRANS na realização de nova licitação, nos termos do art. 64 da Lei Federal n.º 8.666/93.

12.5 – O disposto no item 12.3 não se aplica às LICITANTES remanescentes convocadas para assinar o Contrato, nos termos e condições da ADJUDICATÁRIA, quando esta deixar de assiná-lo.

---

## **CAPÍTULO 13 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

---

13.1 – Sem prejuízo das disposições previstas em lei e outras definidas na Minuta de Contrato – Anexo XI, obriga-se a CONTRATADA a:

13.1.1 – Assegurar a boa qualidade dos serviços prestados.

13.1.2 – Assumir inteira responsabilidade civil e administrativa por danos e prejuízos que causar por descumprimento, omissões ou desvios na qualidade técnica do objeto desta licitação.

13.2 – As demais obrigações e responsabilidades das partes contratantes estão definidas e detalhadas na Minuta de Contrato – Anexo XI.

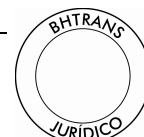
---

## **CAPÍTULO 14 CONDIÇÕES FINANCEIRAS DA CONTRATAÇÃO**

---

### **14.1 – CONDIÇÕES DE APRESENTAÇÃO DO PAGAMENTO E DO REAJUSTAMENTO DE PREÇO**

As condições de apresentação do pagamento e do reajustamento de preço estão definidas na Minuta de Contrato – Anexo XI.





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

## **14.2 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

O Contrato decorrente da presente licitação será executado sem ônus para a Contratante (Permitente).

---

## **CAPÍTULO 15 IMPUGNAÇÕES E RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

---

### **15.1 – CONDIÇÕES PARA APRESENTAÇÃO DE IMPUGNAÇÕES**

15.1.1 – Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação, qualquer LICITANTE poderá impugnar os termos deste Edital apontando as falhas e irregularidades que o viciariam.

15.1.2 – A impugnação deverá obedecer aos seguintes requisitos, sob pena de não serem conhecidos:

- a) ser dirigido à Comissão Permanente de Licitação;
- b) ser apresentado em uma via original, contendo razão social, CNPJ e endereço, telefone e/ou e-mail da empresa impugnante, rubricado em todas as folhas e assinado pelo(s) representante(s) legal(ais), devidamente comprovado;
- c) ser protocolizado na sala da CPL – Comissão Permanente de Licitação, à Av. Engenheiro Carlos Goulart, n.º 900, Prédio 1, Bairro Buritis, Belo Horizonte – MG, CEP: 30.455-902, até às 17h30 do dia de seu vencimento.

15.1.3 – A CPL – Comissão Permanente de Licitação não se responsabilizará por impugnação encaminhada por via postal ou equivalente (serviços especializados de entrega, transportadoras etc.), entregue em locais diversos do mencionado na alínea “c” do subitem 15.1.2 e que, por isso, não seja protocolizada no prazo legal, independentemente da data e horário da postagem ou da remessa.

15.1.4 – Não será considerada impugnação enviada por fax ou por qualquer tipo de correio eletrônico.

15.1.5 – A apresentação de impugnação, após o prazo estipulado, não a caracterizará como tal, recebendo tratamento como mera informação.

15.1.6 – A decisão da CPL será enviada ao impugnante via fax ou e-mail e será divulgada no *site* da BHTRANS para conhecimento de todos os interessados.

15.1.7 – Nos termos do § 2º do art. 41 da Lei nº 8.666/93, decairá do direito de impugnar os termos deste Edital aquele que, tendo-o aceitado sem objeção, venha a apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que o viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

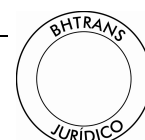
### **15.2 – CONDIÇÕES PARA APRESENTAÇÃO DE RECURSOS E CONTRARRAZÕES**

15.2.1 – A LICITANTE poderá apresentar recursos contra as decisões da CPL – Comissão Permanente de Licitação, nos termos do art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.2.2 – Interposto recurso, a CPL dará ciência as demais LICITANTES por meio de publicação no DOM – Diário Oficial do Município e no *site* da BHTRANS, que poderão impugná-lo no prazo legal.

15.2.3 – Os recursos e respectivas contrarrazões deverão obedecer aos seguintes requisitos, sob pena de não serem conhecidos:

- a) ser dirigido ao Sr. Diretor de Administração e Finanças, aos cuidados da Comissão Permanente de Licitação, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, após a publicação dos resultados no DOM – Diário Oficial do Município;
- b) ser dirigido ao Sr. Diretor de Administração e Finanças, nos casos de anulação ou revogação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;
- c) ser apresentado em uma via original, contendo razão social, CNPJ e endereço da empresa, rubricado em todas as folhas e assinado pelo(s) representante(s) legal(ais), devidamente comprovado;





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

- d) ser protocolizado na sala da CPL – Comissão Permanente de Licitação, à Av. Engenheiro Carlos Goulart, n.º 900, Prédio 1, Bairro Buritis, Belo Horizonte – MG, CEP: 30.455-902, até às 17h30 do dia de seu vencimento.

15.2.4 – A CPL – Comissão Permanente de Licitação não se responsabilizará por recursos e contrarrazões encaminhados por via postal ou equivalente (serviços especializados de entrega, transportadoras etc.), entregues em locais diversos do mencionado na alínea “d” do subitem 15.2.3 e que, por isso, não sejam protocolizados no prazo legal, independentemente da data e horário da postagem ou da remessa.

15.2.5 – Não serão considerados recursos enviados por fax ou por qualquer tipo de correio eletrônico.

15.2.6 – As LICITANTES poderão desistir do direito de recorrer antes do decurso de prazo, por meio de comunicação expressa à CPL – Comissão Permanente de Licitação ou de mero registro nas atas de reunião da CPL, na forma do inciso III, do art. 43, da Lei nº. 8.666/93.

15.2.7 – O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.2.8 – O recurso será julgado nos termos do art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.2.9 – A decisão acerca do recurso interposto será divulgada por meio de publicação no DOM – Diário Oficial do Município e no *site* da BHTRANS.

---

## **CAPÍTULO 16 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

---

16.1 – Constitui ilícito administrativo todo descumprimento de dever legal ou de regra prevista neste Edital e nos seus Anexos, que notadamente:

- I. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;
- II. Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório;
- III. Devassar o sigilo de proposta apresentada em procedimento licitatório, ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo;
- IV. Afastar ou procurar afastar LICITANTE, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- V. Abster-se ou desistir de licitar, em razão de vantagem oferecida;
- VI. Apresentar declaração ou qualquer outro documento falso, visando ao cadastramento, à atualização cadastral ou à participação no procedimento licitatório; ou
- VII. Recusar-se a assinar o Contrato.

16.2 – À LICITANTE que incorrer nas faltas previstas neste Edital, aplicam-se, segundo a natureza e a gravidade da falta, assegurada a defesa prévia, as sanções previstas na Lei nº 8.666/93.

16.3 – As penalidades e os percentuais das multas decorrentes do descumprimento contratual estão indicados na Minuta de Contrato – Anexo XI.

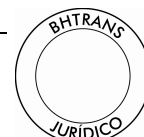
---

## **CAPÍTULO 17 DISPOSIÇÕES FINAIS**

---

17.1 – As dúvidas surgidas na aplicação deste Edital serão esclarecidas pela CPL, respeitada a legislação pertinente, facultando-se às LICITANTES formular consultas à Comissão, por escrito ([através do e-mail: bhtrans.cpl@pbh.gov.br](mailto:bhtrans.cpl@pbh.gov.br) ou via fax: (0xx31) 3379-5590), até o 2º (segundo) dia útil anterior à data limite prevista para a entrega das propostas.

17.1.1 – As respostas, quando de caráter geral, serão publicadas no DOM – Diário Oficial do Município e/ou disponibilizadas no *site* da BHTRANS.





**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

17.1.2 – As repostas, que forem caracterizadas como meros esclarecimentos, serão encaminhadas por fax ou e-mail diretamente à empresa que apresentou as dúvidas e poderão ser disponibilizadas no *site* da BHTRANS.

17.2 – A LICITANTE é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação da LICITANTE ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

17.3 – Fica entendido que toda a documentação apresentada pelas LICITANTES se completa entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado como especificado e válido, na hipótese de possíveis divergências futuras.

17.4 – A CPL, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões ou erros formais, observadas na documentação e propostas (técnica e comercial), desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência junto às LICITANTES, destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto no art. 43, § 3º da Lei Federal nº 8.666/93.

17.4.1 – No caso de diligência, se houver solicitação de documentos, estes deverão ser apresentados no original, em cópias legíveis autenticadas por cartório competente, em cópias legíveis não autenticadas, se acompanhados dos respectivos originais para autenticação a ser feita pela CPL ou em publicação em jornal da Imprensa Oficial.

17.4.2 – O não cumprimento da diligência ensejará a inabilitação da LICITANTE ou a desclassificação da Proposta (técnica ou comercial).

17.5 – A participação da LICITANTE implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste Edital e seus Anexos, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

17.6 – A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo a BHTRANS revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou provação, mediante ato escrito e fundamentado.

17.7 – A BHTRANS poderá prorrogar, por conveniência exclusiva, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

17.8 – Os termos dispostos neste Edital, as cláusulas e condições contratuais e as constantes dos demais Anexos se completam entre si, reportando um instrumento ao outro em caso de dúvidas ou omissões.

17.9 – Os casos fortuitos e de força maior, que prejudiquem o cumprimento do Contrato, deverão ser comunicados por escrito e devidamente comprovados dentro do prazo de 5 (cinco) dias do evento, para que possam ser considerados válidos, a critério da BHTRANS, quando a empresa ADJUDICATÁRIA alegar a sua ocorrência, para que sejam relevadas as penalidades aplicadas.

17.10 – Para atender a seus interesses, a BHTRANS reserva-se o direito de alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos no art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93.

17.11 – Todos os procedimentos relativos à presente licitação, inclusive quanto aos casos omissos, subordinam-se aos princípios e disposições contidas na legislação mencionada neste Edital.

17.12 – Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

Belo Horizonte, \_\_\_\_ de agosto de 2013.

**Ben-Hur Silva de Albergaria**

Diretor de Administração e Finanças

Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A. – BHTRANS

